

Pesquisa

ARGUMENTAÇÃO E AUTORIA NOS ESCRITOS DE UNIVERSITÁRIOS: O DISCURSO SOBRE ALUNOS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PARTICULARES

Soraya Maria Romano Pacífico *

smrpacifico@ffclrp.usp.br

* Doutora em *Psicologia e Educação* pela USP, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP.

Resumo

A Análise do Discurso francesa fundamenta este trabalho que pretende analisar a argumentação e a autoria em textos escritos por alunos de uma universidade pública, investigando se esta produção textual confirma, ou não, que alunos das universidades públicas assumem a função-autor e têm maior poder de argumentação que alunos de universidades particulares. Em nossa tese de doutorado, analisamos a argumentação e a autoria nos textos dissertativos produzidos por alunos de uma universidade particular, cujo resultado será usado para estabelecermos um contraponto com o presente estudo. A pesquisa com alunos de universidade pública aconteceu da seguinte maneira: após a leitura e discussão de um texto de R. Rojo, sobre letramento, os alunos de uma dada turma de Pedagogia, da FFCLRP/USP, deveriam escrever um texto argumentativo sobre os temas abordados no texto lido. Os resultados mostram que apenas oito, das quarenta e cinco redações analisadas, apresentam argumentação e autoria, isto é, apontam que o sujeito sustentou um ponto de vista acerca do texto lido e produziu outro texto, saindo da repetição dos sentidos lidos no texto de Rojo. Entendemos que argumentar é uma atitude muito diferente daquela trabalhada pela escola, pois, como já vimos, esta instituição trabalha com o produto (cujo sentido já está determinado) e não com o processo (em que o sentido pode ser construído). Dessa maneira, fica difícil para o aluno assumir uma posição para a qual não foi preparado.

Palavras-chave: Discurso. Argumentação. Autoria. Universitários.

Introdução

Este trabalho pretende analisar textos argumentativos, produzidos por alunos de universidade pública (no caso, alunos da FFCLRP/USP), do segundo ano do curso de Pedagogia, a fim de especular até que ponto o discurso que circula em nossa sociedade sobre o melhor preparo dos alunos que frequentam a universidade pública pode ou não ser comprovado, ou se tal discurso ganhou força de um estereótipo e, de tanto ser repetido, parece “natural” (ideológico) que seja aceito como um sentido legitimado. Tendo como fundamentação teórica a Análise do Discurso francesa (AD), interessa-nos investigar como o acesso ao arquivo e aos textos científicos pode interferir na interpretação e produção de textos argumentativos por alunos de universidades públicas e se esta produção

textual confirma, ou não, que alunos destas universidades têm maior poder de argumentação, em relação a determinado tema e assumem a responsabilidade pelo seu dizer com mais desenvoltura do que alunos de universidades particulares.

Vale ressaltar que este estudo dá continuidade à nossa pesquisa de doutorado (PACÍFICO, 2002), para a qual coletei dados em universidades privadas, de Ribeirão Preto/SP, pelo fato de que, como é sabido, na maioria delas, a pesquisa não faz parte da formação do graduando, e a nosso ver a ausência da pesquisa está relacionada à interdição ao arquivo entendido, aqui, segundo Pêcheux (1997), como um campo de documentos pertinentes sobre uma questão. Pedimos aos alunos do primeiro ano de Psicologia, de uma universidade particular, que lessem o conto de Machado de Assis, intitulado *O espelho*. Nesta época do curso, estávamos trabalhando com a dissertação e propusemos que, a partir da leitura do conto e discussão em classe do mesmo, os alunos elaborassem um trabalho extraclasse, que deveria ser um texto dissertativo-argumentativo, expondo seus pontos de vista sobre o principal tema abordado no conto

As análises mostraram que os sujeitos que produziram as redações (duzentas redações, coletadas em duas turmas de um curso de Psicologia) não conseguiram assumir a posição-autor. Além disso, as análises apontam que há uma relação estreita entre argumentação e autoria, ou seja, o texto argumentativo exige que o princípio de autoria se instale. Sendo assim, se os sujeitos não ocuparam a posição discursiva de autor, não conseguiram produzir textos argumentativos, como será melhor discutido.

Para a AD, o objeto de estudo não é a língua, nem a linguagem, mas sim o próprio discurso, compreendido em seu funcionamento. Disso decorre que, na perspectiva discursiva, a relação da língua com a exterioridade é entendida como constitutiva e não como uma fortuita relação interdisciplinar, uma vez que a Análise do Discurso investiga como a ideologia intervém, através da língua, na sociedade e na história, determinando a construção dos sentidos dos discursos.

Essa relação é intrínseca, pois não há discurso sem sujeito e, retomando as concepções de Althusser, a ideologia existe no sujeito; logo, não há sujeito sem ideologia. Visto dessa forma, o discurso é definido como "efeito de sentido entre locutores" (Pêcheux, 1969), e tais efeitos de sentido são construídos de

acordo com as condições sócio-histórico-ideológicas que afetam os interlocutores do discurso. Então, a língua funciona como a materialidade do discurso; em outras palavras, a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

Com base na teoria discursiva, então, a análise de um texto não se reduz à análise de sequências linguísticas, pois um texto sempre remete a um conjunto de discursos possíveis de acordo com suas condições de produção. Com isso, a AD acrescenta, na análise de textos, a noção de formação discursiva e de interdiscurso, mostrando que existe algo que é anterior, chamado de já-lá e exterior à produção e à leitura de textos e o sentido depende da relação do sujeito com isso tudo. De acordo com Orlandi (1996 a, p.14):

Em nossa perspectiva, qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória).

Segundo a teoria discursiva, a noção de sujeito não é nem o sujeito gramatical, nem o sujeito psicológico, isto é, a AD não concebe o sujeito tal como o faz a psicologia, ou seja, coincidente consigo mesmo (indivíduos empíricos), pois para o analista do discurso o que há são posições sujeito, quer dizer, o sujeito pode ocupar várias posições (lugares sociais: patrões, funcionários, professores, alunos, juízes, etc) e, a partir delas, é que vai produzir seu discurso. Conforme Pêcheux (1995, p.161), “[...] os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na “linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Estas posições são determinadas por representações imaginárias e são, portanto, inconscientes, determinadas pela estrutura socioeconômica, e também, ideológica, que faz parecer natural o sujeito produzir “seu” discurso daquela maneira e não de outra, “e este mecanismo leva os sujeitos, interpelados pela ideologia, a acreditarem, por exemplo, que “falar errado é próprio das classes trabalhadoras”, e também os leva a agir como se esse efeito ideológico fosse algo inevitável.

Não é preciso investigar demasiadamente para constatar que a escola não oferece condições para que o sujeito construa uma imagem sobre o referente, pois, no discurso pedagógico que circula na instituição escolar que estamos contemplando, a imagem dominante é a imagem que o destinatário faz da imagem que o locutor faz do referente. Do que precede, pode-se dizer que é o professor que constrói e passa para o aluno a imagem do referente, ditando as regras de como deve ser a relação destinatário-referente; percebemos que ocorre uma ocultação da relação entre sujeito e referente na instituição escolar, pois o aluno, privado de condições e de poder para construir e defender (argumentar) um sentido para o referente de acordo com suas condições sócio-histórica-ideológicas, encontra-se fadado a olhar o referente com as lentes do professor. Temos, conseqüentemente, a proibição de disputa do objeto discursivo, ou seja, o lugar de poder argumentar não está disponível para o aluno, na escola tradicional.

Julgamos importante antecipar que não nos referimos a todas as escolas, mas sim, contemplamos a escola como instituição na qual circula o discurso pedagógico do tipo autoritário (ORLANDI, 1996b).

Surge, então, um ponto extremamente relevante para ser questionado. Se a escola espera que o sujeito escreva sobre algo de forma argumentativa e, como já vimos, para argumentar o sujeito precisa ter um ponto de vista formado e determinado conhecimento sobre o objeto discursivo, como é que o mesmo sujeito pode construir pontos de vista sobre um objeto se ele não tem acesso ao arquivo, se a escola (Ensino Fundamental e Médio) não lhe dá meios para realizar pesquisas, para investigar os discursos acordes e discordes sobre determinado tema? Ao contrário, a escola trabalha com a concepção de sujeito universal e de evidência dos sentidos (PÊCHEUX, 1995), mostra aos alunos uma visão dada como certa e inquestionável e aguarda a homogeneização dos textos produzidos pelos alunos, textos que devem repetir os "argumentos" dados por alguma "autoridade" no assunto.

De acordo com Mosca (1999), a argumentatividade faz parte de toda atividade discursiva e, para ela, argumentar pressupõe considerar o outro, considerar a interação e a reação do sujeito diante de propostas e possibilidades que lhe são apresentadas. Implica, ainda, a possibilidade de discussão dos interlocutores frente ao objeto discursivo. No entanto, a autora (1999, p. 17) faz

uma ressalva: "Na verdade, o envolvimento não é unilateral, tendo-se uma verdadeira arena em que os interesses se entrecrocaram, quando o clima é de negociação, em que prevalece o anseio de influência e de poder".

Considerando esse cenário e, também, que os alunos que frequentam a universidade pública estão em contato com a pesquisa, supõe-se que eles tenham acesso ao arquivo, visto que a pesquisa ocupa um lugar privilegiado, uma exigência acadêmica para docentes e alunos e, sobretudo, porque sabemos que os maiores centros de excelência em pesquisa são, em geral, as universidades estaduais e/ou federais. Por isso, fizemos a opção pela coleta de dados produzidos por sujeitos-alunos da Universidade de São Paulo.

Os sujeitos desta pesquisa são alunos do segundo ano (quarto semestre) do curso de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Eles frequentam o curso noturno e compõem uma turma de aproximadamente cinquenta alunos. E foi com a escrita desses sujeitos-alunos que a pesquisa pôde acontecer. Partimos da leitura do texto "*Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso?*", de Roxane Rojo (2001), realizada no decorrer da disciplina "Escrita, alfabetização e letramento: uma abordagem histórica", ministrada por mim, no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP (FFCLRP-USP). Após leitura e discussão, os alunos deveriam escrever um texto argumentativo sobre o tema, emitindo uma posição sobre o assunto. É importante ressaltar que a disciplina toda estuda conceitos de escrita, alfabetização e letramento, como seu próprio título sugere. Isso significa que, a nosso ver, os textos estudados na referida disciplina comporiam um arquivo para esses alunos, que estariam em contato com vários autores, com várias abordagens de letramento e de alfabetização, com questões que versam sobre oralidade e escrita. Dessa forma, todos os textos estudados poderiam dialogar com o texto de Rojo, fornecendo sustentação para que os alunos pudessem sair da fôrma-leitor (PACÍFICO, 2002), isto é, sair da paráfrase e construir sentidos com base em seus estudos e discussões feitas em sala de aula.

Defendemos que, ao ler, o sujeito pode ocupar duas posições discursivas: fôrma-leitor e função-leitor. Chamamos de **fôrma-leitor** (no sentido de fôrma, molde), fôrma esta determinada pela ideologia dominante em cada formação social, que tem como objetivo limitar o processo de significação do sujeito, sua

possibilidade de interpretação; por isso, o sujeito-leitor que assume a **fôrma-leitor** realiza uma leitura parafrástica, em que o retorno ao sentido sempre está presente. Por outro lado, existem sujeitos que assumem a **função-leitor** e estes sujeitos não são “formatados” (expressão emprestada da informática para realçar a presença da polissemia nos textos), não repetem os sentidos instituídos como dominantes, e sim, procuram compreender como são criados alguns efeitos de sentido e não outros, procuram investigar como se dá, num dado momento sócio-histórico, o funcionamento discursivo, que é novo e único em cada texto; assim, o sujeito que assume a **função-leitor** realiza uma leitura interpretável, polissêmica (PACÍFICO, 2002).

1. Sobre as análises

Foram analisadas quarenta e cinco redações. As análises foram realizadas segundo o paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1980), o qual traz importantes contribuições, pois os indícios deixam de ter um caráter místico como tinham na Antiguidade e adquirem um caráter científico, baseado em teorias. Para Ginzburg (1980, p.177), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

Passemos, então, à análise das redações com o objetivo de verificar a partir de qual lugar os estudantes produziram seus textos, se eles ocuparam, ou não, a posição discursiva de autor e como se deu a argumentação textual. Doravante, trabalharemos com a noção de recorte, que, para a AD, segundo Orlandi (1996a, p.139) é entendida como “ (...) uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e situação”. Dessa forma, os recortes, aqui, não devem ser compreendidos enquanto estrutura linear, mas sim, como pedaços, “nacos” do discurso, onde estarão materializados linguisticamente os indícios de um modo de funcionamento.

2. As análises: sentidos em discurso

Do que observei, posso dizer que os alunos do segundo ano de Pedagogia da USP tentam controlar o sentido do texto, assim como os pontos de fuga onde se instalam a dispersão e a deriva (TFOUNI, 1995; 2001) quando o sujeito não

assume a posição discursiva de autor. Todavia, se analisarmos o texto buscando observar a argumentação dos universitários, os resultados encontrados mostram que apenas oito, das quarenta e cinco redações analisadas, apresentam argumentação e autoria. A maioria dos textos não discute o ponto de vista da autora, mas sim, refere-se a ele, sempre no mesmo exercício repetitivo, como se a proposta de trabalho fosse a produção de uma resenha, e não a defesa de um ponto de vista acerca de um dado objeto discursivo. Mais ainda, tal movimento indica que o arquivo (PÊCHEUX, 1997) dos alunos não oferecia um passeio por outras regiões da memória, não dispunha de leituras sobre o assunto senão aquela oferecida em aula e não se compunha como um diálogo, mas como cópia. Importante destacar que memória, segundo Pêcheux (2007, p.50), “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.” Vejamos os recortes:

- (1) Roxane Rojo aborda neste texto a relação entre oralidade e escrita (a produção de textos). De modo geral, ela discute a influência ou o impacto dos discursos orais na produção de textos na escola e a questão do letramento escolar: qual tem sido de fato a função deste. Para tanto, Rojo dialoga com vários pesquisadores da área, entre eles, principalmente Roland Barthes.
- (2) Creio que a conclusão a que a autora chega é que a oralidade e a escrita mantêm relações muito complexas, na verdade “ quase opostas” (p.57). Mas estas se misturam: na oralidade nem sempre se utiliza apenas palavras mais simples, mas palavras próprias da escrita; e na escrita ocorre o mesmo, não se utiliza sempre termos próprios (adequados -os formais) de textos escritos,mas também termos da oralidade do dia-a-dia.
- (3) Diante dessa dualidade entre escrita e oralidade que vem sendo discutida, cabe perguntar onde a escola se encaixa e qual o seu papel. Para Rojo “... a escola é justamente um lugar enunciativo privilegiado... .

Os recortes apontam que os alunos referem-se, constantemente, à fala da autora, repetindo muitas passagens do texto lido. A discussão do mesmo, que foi a proposta do trabalho, não acontece. Como sabemos, para que haja argumentação é preciso haver disputa do objeto discursivo, o que significa

instaurar uma luta de vozes, a fim de que o sujeito, antes de ser autor, possa ocupar a posição discursiva de função-leitor (PACÍFICO, 2002). Isso não foi encontrado nestas redações. O efeito de tensão, discordância, discussão e questionamento ou, por outro lado, de concordância, retificação, ficou abafado sob a estratégia fácil da repetição, indicando como a posição-autor não é assumida com facilidade nem se apresenta próxima do discurso pedagógico, ainda que o aluno esteja num curso de graduação em uma universidade pública.

No recorte que segue, percebemos que o sujeito não levou em conta o leitor virtual, uma vez que iniciou o texto como se todos os leitores estivessem presentes no momento em que a atividade foi proposta pela professora. Vejamos:

- (4) O texto escrito pode ser utilizado como suporte para o discurso oral, como é verificado no exemplo de interação das páginas 58 e 59, em que o professor...
- (5) Um outro ponto que achei muito interessante neste texto foi a parte em que a autora diz que os fatores sociais e as demais instituições que não a escola (a família, igreja, etc) também influem na capacidade de letramento que um aluno possui e que isso muitas vezes não é levado em consideração em pesquisas.

Observamos que o sujeito escreve para a professora, ou para outro leitor do mesmo texto, aluno da sala de aula, desconsiderando a possibilidade de o texto ser lido por um leitor que não tenha conhecimento da proposta de leitura e de escrita que ele deveria atender e desprezando um leitor que, porventura não estivesse naquela aula, um aluno que faltou ou que estivesse noutro espaço da faculdade, por exemplo. A sua redação “dialoga” apenas com aqueles que estavam fazendo a atividade para a professora; desta forma, a redação seleciona muito o interlocutor e, ao fazê-lo, restringe a possibilidade de o escrito ser entendido por outros. Diante disso, o sujeito faz uma redação como se fosse uma resposta a um questionário ou exercício colegial. É certo que um leitor virtual não entenderia a que texto o sujeito se refere, nem compreenderia qual é o exemplo das páginas 58 e 59. Isso mostra, como já foi dito, a quebra do princípio de autoria, assim como a perda do poder de argumentação, lembrando, novamente, que argumentar significa disputar um objeto discursivo usando argumentos coerentes e convincentes para sustentar o dizer.

Apesar de os textos em questão apresentarem problemas de argumentação e de autoria conforme arrolamos, ao estabelecermos um contraponto com a produção textual de alunos de universidades particulares, como foi nossa pesquisa de doutorado, julgamos válido afirmar que os textos produzidos pelos alunos do segundo ano de Pedagogia da FFCLRP/USP demonstram uma estrutura mais próxima do texto dissertativo de caráter científico, mesmo quando se restringe à repetição de um dizer, o que pode estar relacionado à quantidade de leitura de textos científicos proporcionada pelos professores e feita pelos alunos, na universidade pública.

Por outro lado, observamos que a produção textual dos alunos de universidade particular mescla o caráter científico com o discurso do senso comum, com os genéricos, com o uso da indeterminação do sujeito (uso de marcas linguísticas “você”, “a gente”) como discurso universalizante, como analisamos em nossa tese (PACÍFICO, 2002), e podemos ler nos recortes abaixo:

(6) Quantas almas você tem?

Quantas vezes não nos vemos pensando sobre a alma, sobre o que ela é, como ela é e para que ela serve. Na realidade é muito difícil descrevê-la, porque é inapalpável, invisível, indiscreível, por não ter a forma e não estar presente no espaço, mas sabemos que ela existe e faz parte de nossas vidas.

(7) Seria mais simples viver sem estes papéis, mas isto é para nós uma especulação, pois tanto eu quanto você assumimos algum papel para representarmos perante “O Espelho”.

Como é possível observar nestes recortes, o sujeito muda de posição discursiva, o que é interpretado pela alternância entre o uso de “nós” e o uso de “você”, indicando, respectivamente, maior ou menor proximidade do sujeito da enunciação com o conteúdo do enunciado. Interessante observar que o uso de “você”, nestes recortes, não se refere à segunda pessoa do singular, portanto a um sujeito determinado, mas sim, a um sujeito universal, isto é, qualquer um pode assumir este lugar.

Dessa maneira, o sujeito da enunciação desloca a responsabilidade do seu dizer, uma vez que não se refere a um determinado sujeito que pode contradizer o que está sendo dito, mas a qualquer sujeito que pode ou não concordar com os sentidos do discurso.

Pelo que conhecemos sobre as características do texto dissertativo, principalmente sobre a relevância da argumentação na sua construção, podemos dizer que este ponto é bastante citado (pode não ser bem trabalhado) na escola quando o assunto é dissertação; por isso, os sujeitos também sabem disso e procuram usar argumentos nos seus textos; porém, como argumentar é uma “arte” difícil, ao perceber esta dificuldade e na falta de uma argumentação eficiente, o sujeito migra para outra região do sentido e apoia-se no uso de genéricos, de sentidos que circulam no discurso do senso comum, dos ditos populares, enfim, do já-lá para instaurar a argumentação nos textos.

Todavia, essa maneira de construção de texto faz com que o sujeito deixe de assumir a responsabilidade pelo dizer, deixe de historicizar os sentidos do texto e, assim, este perde o poder de argumentação e aquele não se colocou como autor do seu texto, responsável pelo seu dizer e capaz de sustentá-lo. Além disso, construir um discurso estereotipado denuncia falta de senso crítico e de conhecimento sobre o objeto discursivo; denuncia, também, um assujeitamento do sujeito às formações discursivas dominantes.

Acerca dessa questão, analisamos, em nossa tese, como o já-lá constitutivo do discurso, particularmente do discurso do senso comum, apareceu no *corpus*, analisamos se havia uma repetição, um sentido de univocidade ou se havia um deslocamento deste sentido. Vejamos as análises.

- (8) [...] Dizem que possuímos duas almas e que uma é refletida na outra, será que isso é mesmo verdade? Sim, para sermos completamente felizes e realizados temos que estar bem por dentro e por fora.
- (9) [...] Portanto, as duas almas precisam caminhar juntas para o ser humano ser completo e feliz.
- (10) [...] Ainda há a esperança de que o homem perceba que a essência é mais importante que a aparência e que dessa forma possa tornar o mundo um lugar mais aprazível.
- (11) [...] Encontrando a sua alma gêmea, irá surgir a quarta e última alma, que irá colocar em equilíbrio as características de todas as almas, gerando um ser completo e harmonioso com o mundo e com as pessoas.

Como podemos notar, os recortes acima não apresentam uma discussão teórica nem uma argumentação lógica, mas repetem sentidos caros ao discurso do senso comum, como o sentido de “equilíbrio”, de “felicidade”, “do ser completo” e o modo estereotipado como estes sentidos são construídos e repetidos nos recortes analisados é peculiar a este tipo de discurso, que fala sobre a busca da felicidade, do ideal, do equilíbrio, como se fosse o eco de um discurso que figurativiza o desejo da humanidade. Então, parece natural, pelo efeito da ideologia, repetir um sentido (o já-lá do senso comum) que está sempre circulando, que é “comum” e pelo fato de “parecer” comum, não instiga a possibilidade de se constituir como um novo sentido.

O que temos observado é que os sujeitos não conseguem partir do já-lá e construir outro discurso, romper com determinados valores, com clichês, com o genérico dos discursos e acabam por repetir o que já foi dito e pela força da repetição, que está relacionada à ideologia, cria-se uma circularidade de sentidos, visto que alguns sentidos devem circular, predominantemente, na sociedade, mesmo que o motivo disso não seja investigado por aqueles que trabalham com a produção de textos, como a escola, o que importa é a repetição dos sentidos permitidos e o silenciamento daqueles que são proibidos, ou não-dominantes.

3. As marcas, as bordas, as falhas do dizer

Como podemos interpretar os resultados das análises? Em primeiro lugar, se a análise ficar essencialmente no plano linguístico (entendido, aqui, como análise dos mecanismos de coesão, concordância, uso da chamada língua culta ou padrão, paragrafação, estrutura do texto, etc.), consideramos possível afirmar que alunos de universidades públicas têm uma redação melhor construída e fundamentada do que a dos alunos de universidades particulares, cujos textos apresentam maiores desvios em relação às normas da chamada língua culta ou padrão, problemas de concordância, coesão, paragrafação, enfim.

Isso significa que, se essa pesquisa visasse apenas à análise dos mecanismos linguísticos usados na produção textual, os resultados poderiam confirmar o discurso dominante em nossa sociedade, qual seja: que os alunos da universidade pública escrevem melhor que os estudantes da universidade particular. Por outro lado, se enfatizarmos outro ponto da análise, cuja investigação constitui o cerne desta pesquisa e, como já foi exposto, está relacionado à observação da argumentação e da autoria que, para nós, ultrapassa as questões da língua e contempla a produção e a interpretação dos sentidos numa perspectiva discursiva, entendemos que tanto os alunos que cursam a universidade pública, quanto aqueles que cursam a universidade particular, nos primeiros anos de graduação, apresentam dificuldade para produzir texto argumentativo, uma vez que a produção textual destes alunos está ancorada na repetição dos sentidos dos textos lidos, no movimento parafrástico de copiar, de ancorar-se na voz do professor e/ou do autor lido para constituir-se no seu ato de escrita e, por fim, de distanciar-se do lugar em que o cruzamento de várias vozes produz o seu efeito de polifonia e de arquivo.

Considerações finais

Reiteramos que o acesso ao arquivo pode permitir ao sujeito estar em contato com uma multiplicidade de conhecimentos sobre um dado objeto discursivo, e a partir desse acesso, o sujeito poderia produzir bons textos argumentativos, pois teria como sustentar seu ponto de vista acerca de uma questão, usando, para isso, argumentos coerentes e convincentes. Uma das possibilidades de acesso ao arquivo seria o trabalho com a pesquisa, trabalho este muito marcante, na universidade pública, e muito raro, na universidade particular. Daí, talvez, a justificativa para o discurso que defende a existência da diferença entre as produções textuais dos alunos da universidade pública, principalmente, quando estes produzem ciência. Faz-se necessário enfatizar que, quando os alunos produzem ciência, eles já passaram pelos primeiros anos de graduação, período escolar contemplado por essa pesquisa e estão, na maioria das vezes, na pós-graduação.

No entanto, é preciso considerar outros aspectos relevantes para nossa análise. Partindo do princípio de que as redações analisadas foram produzidas

por alunos de Pedagogia, do segundo ano curso noturno, devemos levar em conta que os mesmos não passam todo o seu tempo na universidade, como os alunos dos cursos diurnos, por exemplo. Também, eles ainda cursam o segundo ano da universidade; portanto, não tiveram muito tempo para estar em contato com a pesquisa e desenvolver este percurso de aprendizagem, o que, talvez, explique a falta de argumentação presente nas redações analisadas, bem como a não-assunção da autoria, no sentido de os sujeitos produzirem seus textos, sem repetir o texto lido, visto que deveriam escrever sobre o mesmo. Todavia, temos de considerar que assumir a responsabilidade por um dizer é uma atitude muito diferente daquela trabalhada pela escola, pois, como já vimos, esta instituição trabalha com o produto (cujo sentido já está determinado) e não com o processo (em que o sentido pode ser construído). Dessa maneira, fica difícil para o aluno assumir uma posição para a qual não foi preparado.

Abstract

The French Discourse Analysis grounds this study which aims at investigating argumentation and authorship in texts written by students from public universities. Also, this investigation analyzes whether this textual production corroborates the fact that students assume their writings' authorship and have greater argumentation capacity than students from private institutions. In our dissertation, we examine argumentation and authorship in argumentative written production by students who go to a private university. The results will be used to establish a contrast with the work presented. The research is as follows: after reading and discussing a text by R. Rojo on literacy, students from the Faculty of Education (USP-FFCLRP) should produce an argumentative text about the themes found in it. The results show that only eight out of forty-five essays analyzed present argumentation and authorship, *id est*, pointing that the subjects sustained a point of view about the text assigned and produced another text, avoiding meaning repetition based upon the from Rojo. We understand that arguing is a very different attitude from that crafted by schools, for, as we have noticed, this institution works with the results (whose meaning is already determined) and not with the process (through which meaning can be constructed). So in this sense, it is difficult for the students to take a position for which they have not been prepared.

Keywords: Discourse. Argumentation. Authorship. University Students.

Referências

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: C. GINZBURG. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. [trad. Frederico Carotti]. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1980, p. 143-179.

MOSCA, L.L.S. (org.) *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora, 1999.

ORLANDI, E.P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E.P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, R.J: Vozes, 1996a.

ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas-SP: Pontes, 1996b.

PACÍFICO, S.M.R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. Tese (Doutorado em Ciências), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, 2002, 193p.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [trad. Eni Orlandi et ali] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al.] *Papel da memória*. [trad.] José Horta Nunes. 2ª Ed., Campinas-SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

ROJO, R. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso? In: SIGNORINI, I. (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

TFOUNI, L.V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

TFOUNI, L.V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I. (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

Enviado em 30 de maio de 2011

Aprovado em 02 de outubro de 2011